



O ESPAÇO LIVRE EM ANÁLISE: A ANTIGA PEDREIRA RIO DOCE NO BAIRRO JOANA D'ARC – VITÓRIA/ES

Alessandra dos Santos Vieira
Universidade Federal do Espírito Santo
alessandra.stsvieira@gmail.com

RESUMO:

As áreas verdes remanescentes no meio urbano buscam condicionar o bem-estar ecológico em paralelo às demandas humanas por zonas de conforto e de lazer. Nos processos de gestão dos espaços livres esta relação pode ser compreendida através de ferramentas que viabilizam a análise da paisagem de modo integrado. Desta forma, o presente trabalho visa empregar diretrizes de planejamento e de ordenação territorial no espaço livre situado no bairro Joana D'arc em Vitória/ES, pautado nos atributos elaborados por Raquel Tardin (2008).

Palavras-chave: Espaços livres; planejamento urbano; ordenação territorial.

GT – 11: Os lazeres na (re)produção do urbano.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o desenvolvimento das cidades brasileiras acarretou em significativas transformações do meio natural para a inserção da urbanização intensificada. Nos dias atuais, a cobertura vegetal intraurbana tem ganhado visibilidade quanto às medidas protetoras, pois, compreende-se que a qualidade ambiental nas áreas urbanas condiciona fatores como a proteção dos solos contra os processos erosivos, a manutenção dos sistemas vegetais e o equilíbrio ecológico.

Com o desenvolvimento de áreas de destaque ambiental e harmonia paisagística, novas relações de usos são estabelecidas, como a utilização das áreas para práticas coletivas de lazer e recreação, buscando perpetuar o vínculo interativo entre seres humanos e a natureza. Desta forma, as funções exercidas pelos espaços livres incidem diretamente sobre a dinâmica local urbana enquanto promotores da qualidade de vida.

A abordagem dos espaços livres, segundo as concepções de Tardin (2008), proporciona uma análise integrada do espaço livre localizado no bairro Joana D'arc, considerando os elementos que compõem a paisagem local a partir de parâmetros, pré-estabelecidos pela autora, que caracterizam o território conforme a concessão de atributos elencados na área.

Dentre as premissas elencadas por Tardin (2008), são abordadas as relações ecológicas e sociais do espaço livre em análise, tendo em vista o equilíbrio paisagístico e ambiental. São estimados os aspectos estéticos, formais, sociais e culturais na construção projetual de intervenção da área, tencionando uma dinâmica integrada entre áreas verdes e urbanas.

O objetivo deste trabalho consiste na ordenação territorial do espaço livre a partir do planejamento e da elaboração de projetos pautados nas dinâmicas e nas relações dos elementos do sistema de espaço livre, tendo como base, a proposta metodológica elaborada por Tardin. As propostas ressaltam a importância da conexão entre espaços livres localizados no Maciço Central e a integração dos fragmentos como um todo.

2 ESPAÇOS LIVRES

Para Tardin (2008), os espaços livres reúnem elementos biofísicos que constituem a qualidade ecológica do território e que materializam, de modo positivo ou negativo, as causas e as consequências dos processos naturais ou artificiais em determinado local.

O sistema de espaços livres no território representa o conjunto de elementos em suas variadas escalas, sendo vulnerável a relações com naturezas distintas. Os elementos e as relações compõem o sistema, no qual, as dinâmicas possibilitam alterações em sua estrutura geral, e, enquanto sistema, o conjunto dos espaços livres consiste em uma complexidade que vai além da somatória de fragmentos.

A etapa de reconhecimento dos elementos visa compreender a ordenação das relações dos elementos com os demais adjacentes, assim como, do sistema como um todo. Esse sistema é considerado um mosaico de ecossistemas composto por espaços contínuos e descontínuos identificados por três componentes estruturais, que são os fragmentos, os corredores e a matriz (TARDIN, 2008).

Os fragmentos (*patches*) são peças do referido mosaico de ecossistema, podendo ter diferentes formatos e tamanhos que apresentam características homogêneas. Os corredores (*corridors*) são elementos lineares com a função de conectar os fragmentos da paisagem. Esses elementos, por sua vez, estão inseridos numa área denominada matriz (*matrix*), sendo este o elemento dominante.

A concepção de espaços livres é concebida por alguns autores como “espaços abertos não construídos, não atingidos pelas grandes infraestruturas [...], constituem uma porção do território no interior de uma aglomeração, onde os elementos naturais predominam [...]” (PIZZOL, 2005, p. 22).

Na paisagem urbana essas expressões físicas se manifestam sobre o solo em espaços edificados e espaços não-edificados. O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso) (MAGNOLI, 2006, p.179).

Portanto, esse conceito pode ser compreendido como as áreas não edificadas que estão localizadas às margens das áreas ocupadas, sendo caracterizadas por espaços

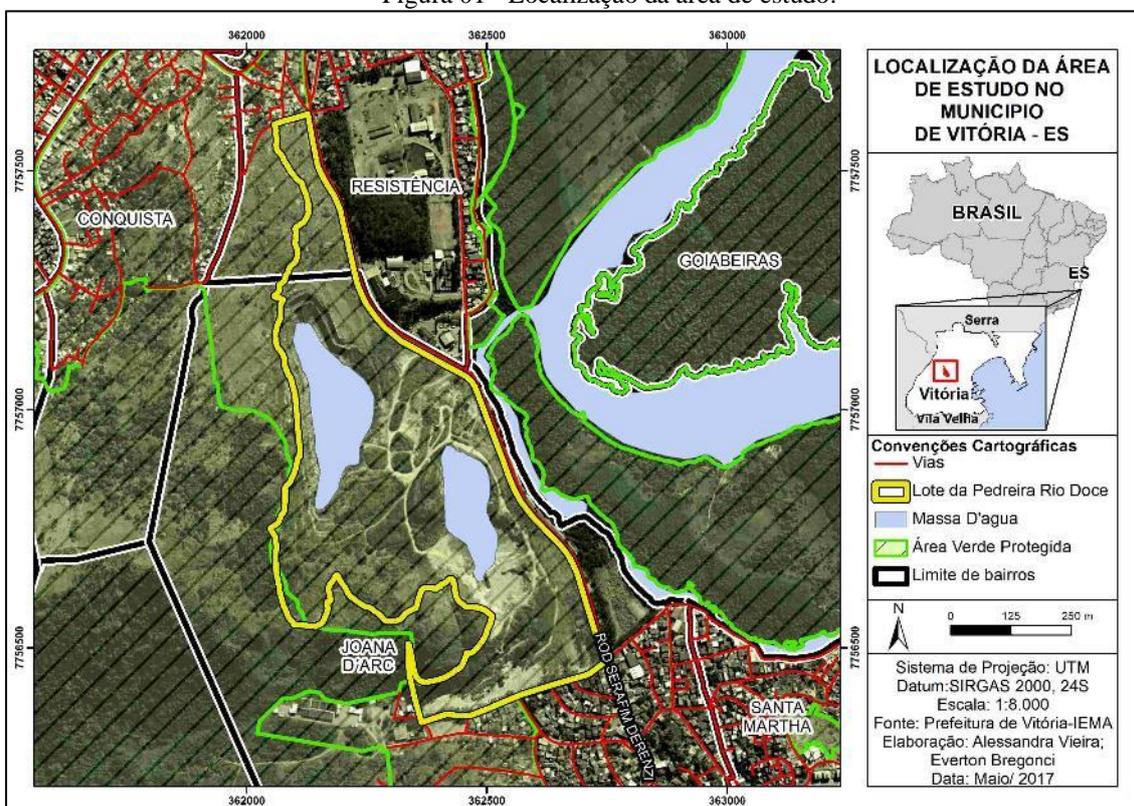
abertos ou verdes, ora voltados para prática de atividades recreativas, ora para continuidade e proteção ambiental.

Tardin (2008) afirma que a análise dos espaços livres territoriais incide sobre as áreas de superfície não ocupadas, respaldadas ou não pelas leis, sejam elas propriedades públicas ou privadas, com cobertura vegetal ou não, desde que apresentem oportunidades de reestruturação territorial. Compreende-se então, que estas áreas podem ser resquícios negligenciados pelo planejamento territorial.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo abrange a antiga Pedreira Rio Doce situada no Maciço Central de Vitória, compreendendo uma área total de 37 ha (Figura 01). A entrada principal está localizada na Rodovia Serafim Derenzi, nas coordenadas: 40° 18' 52.1" O (362738 UTM) e latitude 20° 17' 04,4" S (7756483 UTM), no bairro Joana D'arc, município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Figura 01 - Localização da área de estudo.



Fonte: PMV, 2009. Elaboração própria.

Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória - PMV (s. d.), a expansão do bairro Joana D'arc ocorreu em três ciclos efetivos, caracterizados respectivamente pela fase de loteamento, fase de “invasão” pacífica e fase de “invasão” conflituosa. A primeira ocupação do bairro teve início na década de 1960, a partir do loteamento realizado pela imobiliária São José, que havia comprado o terreno correspondente à fazenda “Da Menininha”.

Em meados dos anos de 1970, o construtor Radagásio Alves em parceria com seu filho Ronaldo Alves e seu genro, o engenheiro Mauro Murad criaram a empresa Construtora Rio Doce Ltda, que por décadas realizou obras no município de Vitória. Nesta mesma época, o construtor inseriu-se no ramo de extração mineral com a criação da Pedreira Rio Doce, voltada para a construção civil, sendo pioneira ao realizar o processo de extração de brita e de produção de concreto e argamassa de modo mecanizado na capital capixaba. No ano de 1975 a Pedreira Rio Doce inicia uma parceria com a empresa Concrevit, desencadeando um modesto crescimento socioeconômico junto ao surgimento de pontos de comércio no bairro Joana D'arc (CAMPOS JUNIOR, 2005; BIZI, 2011; PMV, s. d.).

Desta forma a imobiliária São José deu início a comercialização de lotes de modo disperso ao longo de uma trilha aberta por moradores que trabalhavam na Pedreira Rio Doce. Os empregados da Concrevit e da Pedreira Rio Doce que se instalaram no bairro, desfrutavam das sobras de concreto para utilizar em aterros de lotes e na construção de residências (PMV, s. d.).

Entretanto, a Pedreira Rio Doce tornou-se um grande risco para a vida dos moradores do bairro Joana D'arc, pois, as diversas explosões realizadas no processo extrativista provocaram rachaduras e abalo de estrutura nas casas adjacentes a pedreira. Além deste fato, a pedreira apresentava grande impacto ambiental ao degradar uma significativa área de mata nativa inserida no Maciço Central de Vitória.

Vincula-se à área um processo cadastrado na Agência Nacional de Mineração – ANM, pela empresa Construtora Rio Doce Ltda, que faz referência ao histórico de exploração da área. Este processo encontra-se ativo em fase de Concessão de Lavra, entretanto, não há relatos de atividade exploratória.

Atualmente a finalidade desta área é caracterizada pelo uso recreativo da lagoa por populares, ainda que a propriedade privada não permita o acesso público. Por estar localizada em uma região periférica e não possui constante policiamento ou sistema de segurança privada, a área torna oportuna a realização de atividades como o banho na lagoa não supervisionado por guarda-vidas, além da apropriação por terceiros para práticas ilícitas, que transmitem insegurança aos moradores e visitantes da região (SILVA, 2019).

Vale ressaltar que o uso popular da área registra diversos casos de acidentes com mortes por afogamento ao longo dos anos, pois não há supervisão nem restrições de acesso ao local, o que configura grande perigo para os frequentadores (G1, 2014).

4 PEDREIRA RIO DOCE: TIPOLOGIA DO ESPAÇO LIVRE

Dentre os atributos formulados por Tardin (2008) no processo de análise e avaliação dos espaços livres, foram selecionados os parâmetros favoráveis a caracterização de um sistema viável e aplicável, considerando os aspectos e as singularidades da área de estudo.

- 1) Suporte Biofísico:** avaliação dos espaços livres que podem colaborar para a manutenção dos processos naturais do lugar, como as áreas sensíveis à exploração urbana;
- 2) Atributos Perceptivos:** avaliação dos espaços livres do ponto de vista visual, segundo as singularidades dos lugares com foco nos elementos cênicos;
- 3) Acessibilidade:** verificação do grau de acessibilidade existente e seu potencial, considerando maiores e menores riscos de sofrer alterações pela ocupação urbana;
- 4) Vínculos de Planejamento:** verificação os parâmetros de proteção dos espaços livres, os quais estejam suscetíveis à ocupação urbana ou protegidos sob alguma medida estrita, visando identificar os mais ou menos assegurados pelo planejamento atual de ocupação.

4.1 Suporte Biofísico

Visando a identificação das dinâmicas e dos processos ocorridos na área, na avaliação do suporte biofísico foram identificadas uma escassa cobertura vegetal,

apresentando gramíneas e árvores de pequeno porte isoladas, rochas expostas em matacões, compactação do solo resultante da pastagem e áreas com solo exposto.

Apresenta média declividade em uma elevação rochosa alterada pela atividade extrativista, na qual identifica-se uma massa d'água classificada como uma lagoa artificial, formada em consequência do processo exploratório intensificado que atingiu o lençol freático. Algumas espécies de peixes exóticos foram inseridas na lagoa, sendo comum a presença da tilápia (Figura 02).

Também é perceptível grande deterioração da cobertura vegetal e da vegetação rasteira com o uso do solo classificado como pasto, mesmo não havendo atividade de gado na área. O solo e o material saprolítico da área aparentam baixa capacidade para uso agrícola. Por não possuir significativa cobertura vegetal, o solo encontra-se suscetível à erosão superficial.

Figura 02 - Lagoa na Pedreira Rio Doce.



Fonte: Capixaba da Gema, 2016.

4.2 Atributos Perceptivos

A área apresenta grande atrativo visual proporcionado tanto pelos elementos naturais, quanto pelos elementos de modificação antrópica, no qual ambos sobressaem na paisagem urbana. Os elementos cênicos do relevo também contribuem para a formação da paisagem natural-urbana no âmbito macro, contando com um costão rochoso inserido na pedreira, além do Parque Vale do Mulembá, a Pedra dos Dois Olhos e o Maciço

Central que emergem em torno da área com densa cobertura vegetal, formando um agradável cone visual.

O afunilamento das vias e a paisagem urbana periférica das construções percorrem as margens da Rodovia Serafim Derenzi até, aproximadamente, o fim do bairro Joana D'arc, quando as vias se alargam no trecho da pedreira e retomam o afunilamento no início do bairro Resistência. Desta forma, o trecho da pedreira pode ser classificado como uma área de emergência visual, pois, sua exuberância ressalta aos olhos como refúgio natural em virtude da qualidade paisagística ao proporcionar uma zona verde aberta, livre de verticalizações e construções urbanas.

4.3 Acessibilidade

Um dos atributos mais importantes da área corresponde a acessibilidade, cujo objetivo consiste na caracterização da acessibilidade das superfícies da área. A partir da descrição e avaliação da capacidade de acesso por meio das vias existentes é possível evidenciar agentes facilitadores de intervenção humana e/ou agentes beneficiadores de atividades no espaço livre.

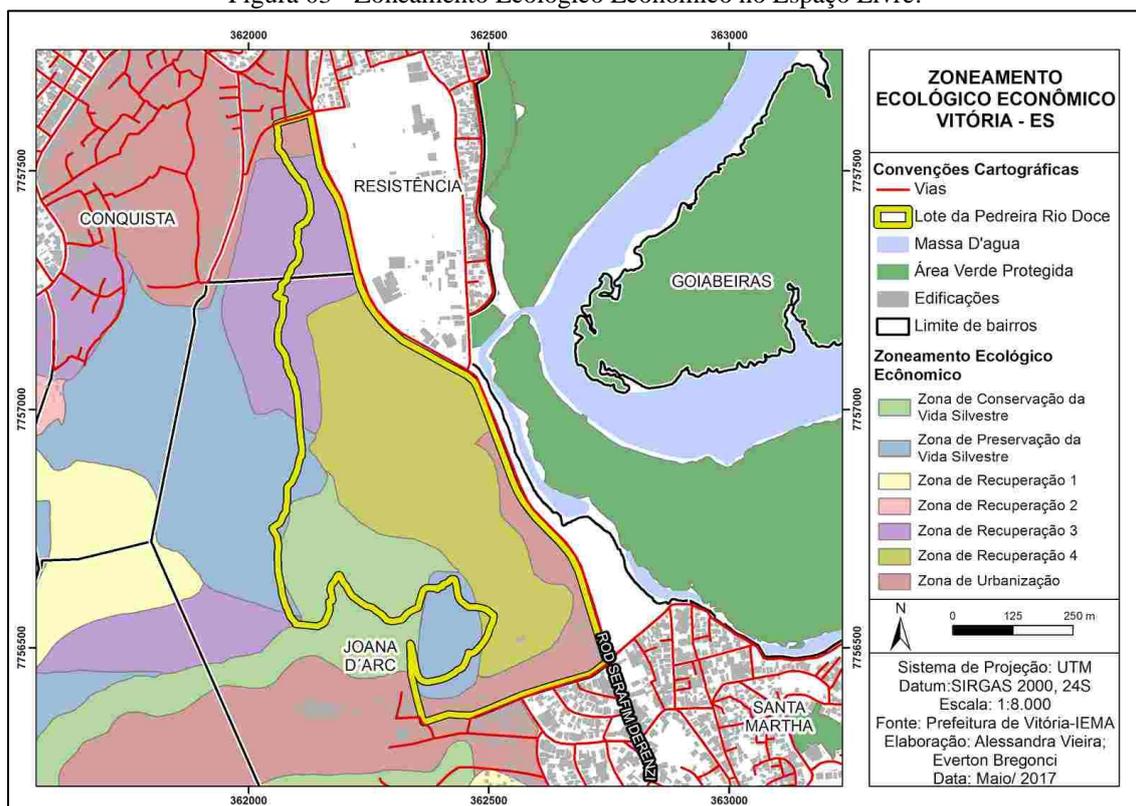
A área está localizada entre os bairros Joana D'arc e Resistência, na margem esquerda da Rodovia Serafim Derenzi, uma via municipal que possui 13 km de extensão e atravessa a parte oeste da capital Vitória, no sentido Maruípe-Centro. A via comporta um tráfego intenso de veículos como caminhões, carros e ônibus, além de apresentar alguns trechos de ciclovia às margens da rodovia. Apresenta pavimentação asfáltica com manutenção periódica e calçamento, por vezes irregular, que se encontra em processo de adequação à Lei Municipal nº 6.525/2005 – Calçada Cidadã, que regulamenta a padronização das calçadas no município.

Por ser uma das principais vias de escoamento da capital, o fluxo de veículos é de médio a intenso, embora apresente apenas uma faixa em cada sentido. Esta via conecta o bairro Maruípe ao Centro de Vitória, com início no Quartel de Maruípe e fim próximo à Rodoviária de Vitória, percorrendo o noroeste do Maciço Central. Esse trajeto é caracterizado por desníveis e curvas típicos do relevo do Maciço.

4.4 Vínculos de Planejamento

Conforme a Lei nº 8.761/2014 de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de Vitória, o Maciço Central é instituído como Área de Proteção Ambiental (APA), representado pelos parques Vale do Mulembá, Fonte Grande e Tabuazeiro. A região estudada é delimitada segundo o ZEE como Zona de Recuperação (Figura 03). Já no Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória, a área está inserida em uma Zona de Proteção Ambiental 3 (ZPA3) que classifica áreas ambientais destinadas a recuperação e conservação dos recursos naturais e paisagísticos.

Figura 03 - Zoneamento Ecológico Econômico no Espaço Livre.



Fonte: PMV, 2009. Elaboração própria.

Deste modo, o recorte é caracterizado como uma área de média a alta proteção, manifestando gestão limitada a um regime especial por apresentar unidades de uso sustentável, conforme a classificação desenvolvida por Tardin (2008) “áreas de proteção ambiental e recuperação urbana”.

5 SÍNTESE AVALIATIVA: POSSIBILIDADES E VULNERABILIDADES

Após a caracterização dos atributos acima elencados, o estudo prossegue sob uma nova ótica acerca do espaço livre em análise, consolidada em uma observação panorâmica e qualificadora. Nesta etapa são desenvolvidas as interpretações da superfície da área, com finalidade de classificar os parâmetros qualitativos de cada atributo, conforme a metodologia de Tardin (2008).

5.1 Espaço Âncora

Este conceito abarca as áreas caracterizadas por sua notável relevância quanto a significação visual e perceptiva devido a ampla extensão territorial, ainda que inserido em distintos graus de acessibilidade, e por constituir um espaço-chave do sistema devido a preservação frente à ocupação urbana.

A área manifesta alto potencial para execução de futuras intervenções, podendo ser classificada como **espaço de oportunidade projetual**, conforme os parâmetros elaborados por Tardin (2008). Apesar de não apresentar amplos atributos biofísicos, a significação visual é um marco histórico para a região por ser um símbolo do desenvolvimento e expansão do bairro Joana D'arc, logo, sua presença expressiva é de grande importância considerando suas qualidades, potencialidades e vulnerabilidades.

Entretanto, para que possam ser desenvolvidos modelos de estruturação e execução para futuras intervenções, primeiramente, devem ser consideradas as situações comportamentais dos espaços potenciais, cujas particularidades descreverão relações atuais que viabilizam ou não a ordenação do espaço com o seu entorno. As situações podem ser enquadradas entre os parâmetros: continuidades, descontinuidades e fronteiras.

5.1.1 Continuidades

As continuidades podem ser caracterizadas por espaços livres que apresentam conexões perceptivas de caráter contínuo. São espaços que apresentam potencialidades quanto ao desenvolvimento e conservação das unidades e dos processos naturais.

Entretanto, estes espaços podem sofrer constante ameaça frente a ocupação urbana, sendo este, um fato limitante da perpetuidade das conexões.

Nos espaços de oportunidade projetual, especificamente os Espaços Âncora, as continuidades podem garantir maior estabilidade dos elementos da manutenção ecológica devido à grande disponibilidade de equipamentos naturais ou fatores legais de preservação.

Por ser classificada como um Espaço Âncora, a área de estudo demonstra favorável à perpetuação das conexões e seus processos naturais, sendo oportuna a continuidade dos elementos ecológicos que compõem a continuidade visual por meio das conexões perceptivas do Maciço Central, dissipando gradativamente as discontinuidades na cobertura vegetal promovida pela intensa exploração minerária.

Este espaço contribui para a qualidade ecológica na região por ser resguardado perante a legislação vigente, portanto, apresenta grande potencial no desenvolvimento de processos destinados à recuperação da vegetação nativa, além de exercer baixo risco à possíveis ocupações irregulares.

5.1.2 Fronteiras

Podem ser consideradas como os filtros do espaço livre, ao qual visa favorecer a sustentabilidade entre o sistema e sua adjacência, ressaltando atributos e funções sociais dos espaços com o objetivo de integrar fisicamente a área livre aos demais elementos ao seu redor. Algumas fronteiras podem apresentar divergências entre espaços - espaços altamente qualificados e espaços degradados – que corroboram para a degradação visual dos fragmentos, logo, necessitam maior atenção no processo de intervenção.

Neste caso, por apresentar uma área degradada em recuperação, o espaço livre terá sua qualidade visual afetada, tal qual poderá interferir no desenvolvimento dos atributos biofísicos em seu entorno. Suas fronteiras apresentam pouca vulnerabilidade, considerando neste item a infraestrutura viária como mais frágil. Por outro lado, apresenta forte potencial quanto a localização, situada ao lado do Parque Vale do Mulembá que exhibe vasta preservação ambiental.

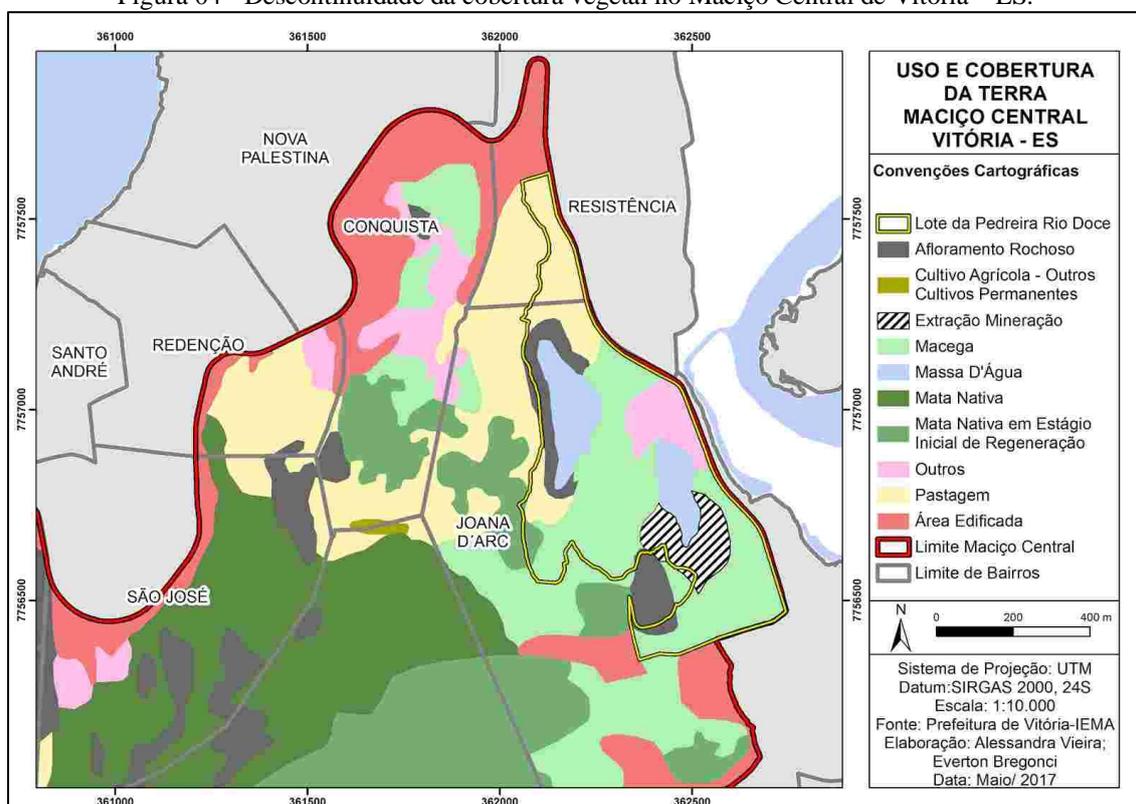
5.1.3 Descontinuidades

Ocupações irregulares ou alterações nos espaços livres originais são interferências negativas que podem causar uma descontinuidade visual. O crescimento das descontinuidades entre espaços livres pode alterar, ou mesmo inviabilizar, o estabelecimento de futuras conexões entre fragmentos do sistema.

Neste item são observadas possíveis descontinuidades da área, tanto pela ocupação urbana inserida dentro do Parque Vale do Mulembá, quanto pela ausência de vegetação em estágio inicial, de regeneração e mata nativa no processo de reintegração com a vegetação do Maciço Central (Figura 04).

Ainda que a existência desta ocupação seja pequena e controlada, a mesma causa uma quebra da conexão biofísica entre a área livre e o sul do Maciço Central. O impacto visual poderia ser amortecido pela vegetação a ser desenvolvida na área.

Figura 04 - Descontinuidade da cobertura vegetal no Maciço Central de Vitória – ES.



Fonte: PMV, IEMA. Elaboração própria.

5.1 Aplicações do planejamento

O espaço livre analisado consiste em uma área com grande potencial para aplicabilidade projetual por apresentar uma área **favorável**, devido aos instrumentos de proteção instaurados na região que garantem restrição à ocupação urbana e delimitação espacial consolidada.

Considerando os parâmetros de proteção nas áreas do Maciço Central e nas áreas de mangue, a avaliação favorável reforça a alta qualificação a intervenções de proteção no espaço livre estudado, a qual garantem a perpetuação da ordenação do sistema, pois, apresentam significativas áreas florestais resguardadas por legislação.

As questões normativas que respaldam as áreas adjacentes promovem a contenção de possíveis ocupações urbanas desordenadas, permitindo assim, efetividade da aplicação do projeto de ordenação territorial devido a condição de proteção consolidada nas áreas especiais situadas no taludo do Maciço.

Desta forma, este espaço promove devida garantia ao planejamento por estar assegurada quanto a sua estabilidade e a não ocupação desta área para uso urbano, logo, tais condições integram o sistema de espaço livre mediante as considerações determinadas sobre as intervenções que incidirão sobre os vínculos de planejamento.

6 PROJETO DE INTERVENÇÃO

Após a certificação favorável do espaço livre, propõem-se a aplicação de projetos estratégicos visando a ordenação do território e a manutenção das características dos atributos, relacionando os mesmos entre si e entre os demais atributos a sua volta, de forma a reestruturar o sistema.

Os princípios para a elaboração deste projeto estão fundamentados nas diretrizes estabelecidas por Tardin (2008), considerando as relações funcionais e o equilíbrio do uso do solo, a preservação ambiental do local e as relações espaciais associadas à manutenção das continuidades, tendo em vista as relações biofísicas, a significação visual e a acessibilidade.

Considerando a classificação dada ao espaço livre como Espaço Âncora, a tomada de ações para a elaboração do projeto consiste em três passos voltados para o

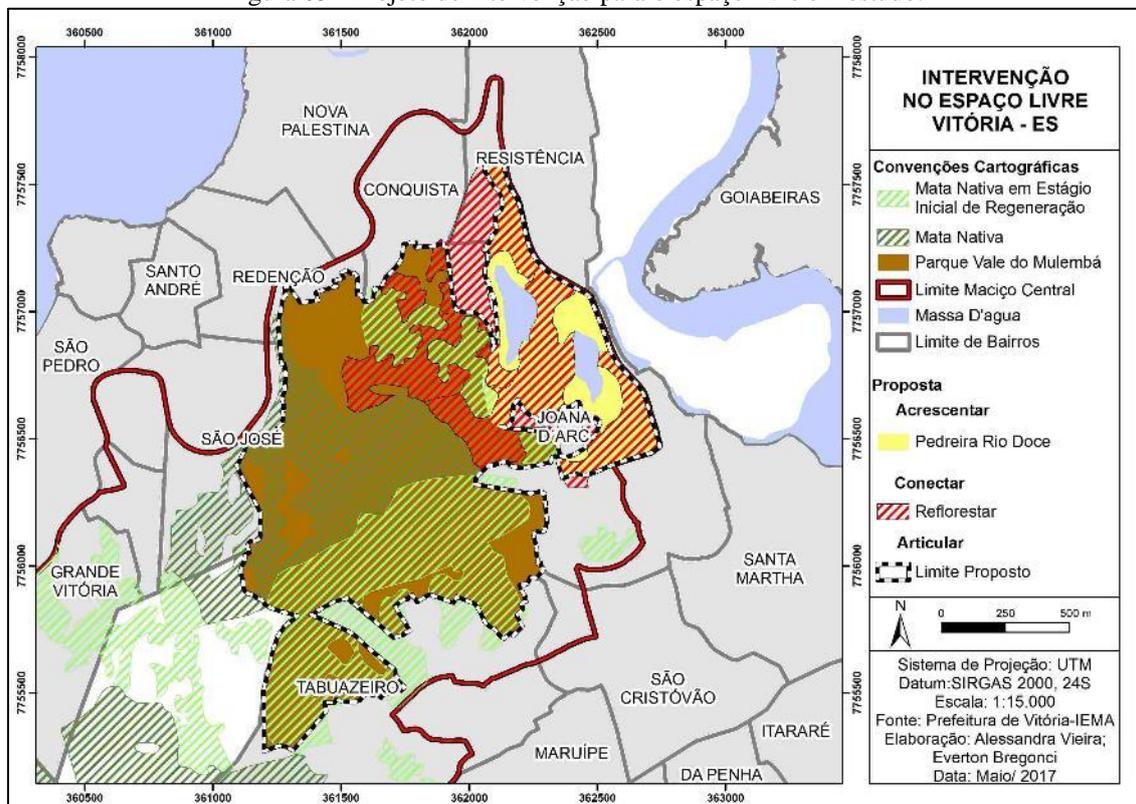
funcionamento dos atributos especificados para esta classe, tencionando a aplicação destas intervenções na área de estudo, Pedreira Rio Doce, em função das áreas adjacentes em questão, Parque Vale do Mulembá e Maciço Central.

1º Passo - Acrescentar: consiste na possibilidade de somatória de espaços livres que se encontram sob a proteção de instrumentos legislativos específicos, embora a área estudada se encontra inserida em um limite de proteção. A junção da área estudada com as peças ao seu redor, como o Parque Vale do Mulembá, asseguraria trabalhos mais intensificados na recuperação da superfície, principalmente, na cobertura vegetal, trabalho este desenvolvido no Parque para contenção da ocupação urbana e adensamento das espécies vegetais no Maciço Central. Este item visa a conservação dos recursos dos espaços livres vizinhos, e, neste caso, a expansão e continuidade biofísica ao espaço livre da Pedreira Rio Doce.

2º Passo - Conectar: atribuir uma união dos atributos biofísicos e perceptivos dentro desses espaços protegidos e *acrescentados*, possibilitando a continuidade da superfície através da ligação entre espaços livres, como citado, o Parque Vale do Mulembá, o Maciço Central e a área da Pedreira. Desta forma, visa estabelecer a conexão dessas peças através das funções biofísicas, projetando alta significação visual. O manejo do solo é um fator importante para reagrupar e conectar as coberturas vegetais nessa região, pois, a devastação ocorrida proveniente das ações extrativistas dificulta o restabelecimento autônomo dos ecossistemas da área, considerando as relações com o entorno.

3º Passo - Articular: a aplicação deste item visa o melhoramento do relacionamento já estabelecido entre o tecido urbano com o espaço urbano. Os atrativos ecológicos e visuais promovem a interação e a convivência coletiva dos cidadãos com a natureza. Esse espaço articulador proporciona o controle da ocupação urbana, bem como fomenta atividades recreativas como o uso da lagoa e trilhas ecológicas. A definição desse espaço deve considerar as necessidades especiais das áreas adjacentes, como a restrição de acesso público ao Parque Vale do Mulembá e até mesmo a própria área, por ser um espaço livre privado (Figura 05).

Figura 05 - Projeto de intervenção para o espaço livre em estudo.



Fonte: PMV; IEMA. Elaboração própria

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e das caracterizações da área de estudo é possível considerar que a ordenação do sistema de espaço livre, conforme sugerido, proporcionará maior diálogo e conexão entre os espaços livres da região, compondo uma uniformidade de ecossistemas capaz de abranger todo o Maciço Central, igualmente, oportunizará a reconstrução da área enquanto atributos biofísicos e visuais. Tais intervenções poderão possibilitar diversas mudanças no modo como o espaço livre é concebido dentro do convívio urbano, trazendo um novo significado da área para a população.

A área enquanto Zona de Recuperação visa a reestruturação ambiental ecológica num primeiro momento, no qual, a aplicação das ações propostas acima acarretaria na integração de mais um ambiente de preservação a um núcleo preservado e consistente já desenvolvido no Maciço Central. Para este espaço livre é incentivada a permanência dos usos coletivos existentes, entretanto, em primeira instância, faz-se necessário um trabalho

de recomposição ambiental para que, posteriormente, haja a criação de novas atividades a serem realizadas.

O convívio social do lugar promove a integração coletiva e a democratização de uso local, sob a condição de normativas regularizadoras de uso público perante legislação específica elaborada pelo município de Vitória, através da aplicação dos instrumentos de desapropriação previstos na Seção IV da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, para que os populares possam usufruir da área com efetiva segurança.

A regularização tende a inibir o uso inapropriado da área, pois, o monitoramento e o patrulhamento realizado por guardas nos parques municipais contribuem para a segurança local e a garantia do uso coletivo. Bem como possibilitará o melhoramento e a criação de novos equipamentos dentro da área da Pedreira, como o fornecimento de bicicletários, banheiros públicos com acessibilidade, iluminação, trilhas ecológicas guiadas, *playgrounds*, controle da poluição e do descarte de lixo, estacionamento, academias populares, áreas para eventos e práticas educacionais, entre outros.

Esta concepção fundamenta-se no histórico de implantação dos demais parques municipais na cidade de Vitória, em específico o caso do Parque Barreiros, também inserido no bairro Joana D'arc. A área consistia em um antigo sítio que se encontrava abandonado, sendo alvo de atividades ilegais até aquisição pela Prefeitura de Vitória.

Por fim, a ordenação territorial no sistema de espaço livre considera a configuração urbana atual, projetando ações sobre os espaços livres no sentido de apropriação histórica, cultural e ecológica a serem refletidos nos espaços ocupados ao seu redor, assim como na sociedade em geral, criando um significado contemplativo.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS JUNIOR, C. T. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-es, 2005. p. 43-44. Disponível em: <http://www.sinduscon-es.com.br/v2/upload/1572014183330_cap02_a_autonomia.pdf>, acesso: 03 abr. 2019.

CAPIXABA DA GEMA. **Tour na lagoa da Pedreira de Joana D'arc - Vitória**. 07 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.capixabadagama.com.br/tour-na-lagoa-da-pedreira-de-joana-darc-vitoria/>>, acesso: 04 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Vitória**. Cidades IBGE. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3205309>>, acesso: 03 mar. 2018.



MAGNOLI, M. M. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 21, 2006, p. 175-198. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/40249/43115>>, acesso: 18 fev. 2017.

PIZZOL, K. M. S. A. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos de uma área urbana em João Pessoa - PB**. 2005. 174f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2005. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4591/1/arquivototal.pdf>>, acesso: 01 mar. 2019.

SILVA, D. Taxista é rendido e obrigado a esperar criminosos matarem jovem no ES. **TV Gazeta, G1 ES**, 03 de maio de 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/03/taxista-e-rendido-e-obrigado-a-esperar-criminosos-matarem-jovem-no-es.ghtml>>, acesso em: 08. Maio 2019.

TARDIN, R. **Espaços Livres: Sistema e Protejo Territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, 255p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280650841_Espacos_Livres_Sistema_e_Projeto_Territorial>, acesso: 18 fev. 2019.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal de; (PMV). **Bairros**. Vitória em Dados, s. d. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/sumario_bairros.asp>, acesso: 28 fev. 2017.

Estudante morre afogado ao brincar de saltar em lagoa de Vitória. **G1 ES**, 11 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/11/estudante-morre-afogado-ao-brincar-de-saltar-em-lagoa-de-vitoria.html>>, acesso em: 31 mar. 2019.